Capítulo II

A reorientação econômica

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. A reorientação econômica. In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 47-82. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A reorientação econômica

Estado e capital em novo curso

Em vez de simplesmente apontar os limites históricos de algumas formas econômicas específicas e os impasses, a direção do PCC, sob a liderança de Deng Xiaoping, adotou uma nova linha política, voltada para, globalmente, interditar a discussão tanto das possibilidades de correção da estratégia econômica maoísta, quanto da retomada do projeto socialista. Mas as mudanças econômicas necessárias não tinham como única e inevitável opção o caminho da acumulação capitalista e restauração do mercado em combinação com um tipo de Estado desenvolvimentista.

As reformas chinesas não são uma versão contemporânea da Nova Política Econômica (NEP) de Lênin. Não tem cabimento a comparação entre a China, no fim dos anos 1970, e a Rússia do início da década de 1920, com a NEP. Na China, a partir de 1979, não se tratava de recuperação e reconstrução do país e da economia depois de guerras devastadoras como ocorreu na Rússia. Porém, Deng pintou a Revolução Cultural como caos e regressão, sobretudo na economia. Daí o apelo de racionalização, modernização,

desenvolvimento das forças produtivas. O Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural foram episódios fortemente condenados. Foram apresentados como fases profundamente regressivas, quase rivalizando com os períodos desastrosos da ocupação estrangeira ou do governo ditatorial e corrupto de Chiang Kai-chek. Seriam comprovações indiscutíveis do caráter negativo, destrutivo, da parte derradeira da trajetória de Mao. Na verdade, sem estampar esses dois grandes fracassos, herança maldita, seria difícil justificar a guinada política, econômica e social na China, a partir das reformas de Deng.

48

A solução dos problemas acumulados poderia abrir uma nova perspectiva socialista com reformas econômicas de descentralização das decisões e eficiência produtiva, inclusive a adoção de vínculos indispensáveis e regulados com o mercado mundial. Ou poderia abrir uma viragem para o capitalismo, à revelia das verdadeiras intenções dos novos dirigentes do PCC. Na lógica capitalista, a estrutura industrial maoísta, com certo grau de dispersão, significava simplesmente duplicação de esforços, desperdício de recursos, ineficiência produtiva. Seria apontada como o exemplo típico da politização, prejudicando a eficiência da alocação dos recursos. Afora isso, em meados dos anos 1970, apresentaram-se concretamente as dificuldades da industrialização extensiva, destacaram-se as carências tecnológicas, chamou a atenção o ritmo fraco do consumo médio final da população e tornou-se mais preocupante a relação entre o estado da economia e as condições demográficas. Deve-se reconhecer que, efetivamente, no período maoísta, a pobreza persistia, amplamente, na população, em um quadro de igualitarismo das dificuldades materiais, denunciando os limites das estratégias econômicas adotadas naquela época. Era preciso mudar. Mas mudar como? Para onde?

Como se percebe, a interpretação negativa do desempenho da economia na estratégia maoísta cumpriu, e continua cumprindo, seu papel. Foi um recurso de convencimento importante, embora

haja apreciações divergentes. Para o economista Bettelheim (1979d, p. 176), por exemplo: “Uma análise séria mostra que o ‘balanço’ econômico pessimista traçado dos anos 1966-1976 é um balanço falsificado”.

Samir Amin (2001, p. 60-63) apontou a exaustão das escolhas possíveis dentro do modelo de planificação centralizada. Atingiu-se o limite histórico da fase maoísta. Para Amin, o resultado era desperdício de recursos, redução da eficácia dos investimentos, desproporcionalidade entre os setores econômicos com excessiva participação da indústria pesada, baixo nível tecnológico e isolamento econômico internacional. Amin, contudo, defende o conjunto da estratégia econômica maoísta: “andou-se sobre duas pernas” – indústria e agricultura; prioridade para a iniciativa das massas no processo de trabalho, industrialização; igualitarismo social. A despeito disso, ele concluiu:

No final dos anos 1970, o sistema de planificação centralizada e as escolhas que lhe eram associadas deviam ser profundamente reformados. Era preciso passar a uma nova fase de desenvolvimento. (AMIN, 2001, p. 63)

49

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 29-30) reconhecem que na fase final do período maoísta a planificação tornou-se rigidamente centralizada, embora a economia tenha se tornado mais complexa; havia excessiva concentração na indústria pesada; surgiram dificuldades nos transportes; e insuficiência e má qualidade dos bens de consumo da população. A organização industrial já apresentava queda da produtividade, emprego redundante, salários congelados. Os trabalhadores e camponeses encontravam-se frustrados e descontentes.

Portanto, havia uma base real para a contestação à estratégia maoísta. Nem tudo era retórica e falsidade na crítica levantada por

Deng Xiaoping. Ademais, apesar da nova carga personalista em torno de Deng, a despeito do reconhecimento do seu papel central, as reformas enquadram-se na conjuntura de disputas no sistema Partido/Estado e nos conflitos na sociedade chinesa. Assim, não é o fator pessoal, simplesmente, representado por Deng, que explica a reviravolta chinesa. Elementos factuais emprestavam veracidade às denúncias, a exemplo das grandes dificuldades nas universidades, no auge da Revolução Cultural. Problemas econômicos reais exigiam solução, cobravam mudança. Evidentemente, houve o peso das convicções e das intervenções de Deng. Ele foi o principal líder que, concretamente, esteve à frente da crítica a Mao. Ele conduziu as decisões de dezembro de 1978 para a deflagração das reformas. Ele emprestou sua autoridade política para respaldar a ascensão de autoridades liberais e o empreendimento das rodadas de liberalização econômica, sem prejuízo da manutenção do poder pelo Partido e do papel econômico do Estado. Deng, em sua histórica viagem às regiões industriais do sul da China, desferiu sua última cartada em 1992 para deliberadamente abortar a tentativa, desde 1988, de alguns setores da direção do PCC de redução do ritmo e da abrangência das reformas pró-mercado e setor privado.

No passado, Deng Xiaoping, à frente do governo, durante o desenrolar do ano de 1975, efetivamente não explicitou qualquer proposta de combinação do Estado com liberalismo na administração econômica. Naquele momento, Deng começou a centralizar sua atenção na proposta das Quatro Modernizações nas áreas de agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, que anteriormente, em 1964, tinha sido formulada por Zhou Enlai. A modernização econômica seria o mote da viragem na orientação econômica, a partir das decisões de dezembro de 1978.

Origem e lógica das reformas

O *slogan* “Enriquecer é glorioso”, proclamado por Deng, continua exercendo seu apelo político e social muito forte. É óbvio que, em qualquer lugar, o crescimento econômico aumenta a riqueza social, seja na China ou nos Estados Unidos, aumentando o bem-estar material imediato de uma parcela expressiva da população, embora as desigualdades de riqueza possam tornar-se exacerbadas, como se vê no mundo hoje, sob a ideologia neoliberal. É óbvio, também, que empobrecer não tem nada de glorioso! Mas como são associados o problema da satisfação das necessidades materiais e espirituais, de um lado, e o tipo de sociedade, a organização do sistema econômico, a democracia, a autonomia de um e de todos os homens, de outro?

Eduard Bernstein (1997a), importante líder da social-democracia alemã do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, argumentava que no capitalismo desenvolvido já estaria aumentando o número de ricos na população, em vez da tendência da pauperização. Assim, os raciocínios de Deng e Bernstein coincidiram na aposta de que o desenvolvimento econômico no capitalismo, ou seja, a modernização econômica por si mesma resultará em mais riqueza gerada e, cada vez mais, distribuída. Trata-se de uma argumentação baseada nas lógicas evolucionista e positivista. Hoje, o mundo e a China não confirmam essa tendência progressiva, crescente, essa marcha batida de justiça social na distribuição da riqueza. As desigualdades sociais exacerbadas são a crise do século XXI.

Bernstein, confiante no avanço da riqueza social, proclamava que não diminuiriam, nem relativa nem absolutamente, as classes possuidoras. Para ele, o futuro do socialismo resultaria da participação no aumento da riqueza social. Nesse âmbito, tanto Bernstein como Deng lançaram confusão sobre a realidade e as perspectivas do socialismo. Quem está enriquecendo? Como? O proletariado

enriqueceu-se? Tornou-se ex-proletariado? Onde? O critério específico e restrito da riqueza, no que diz respeito à divisão das classes sociais, consistia e mantém-se, especialmente, na propriedade ou não dos principais meios de produção, inclusive incorporando novas formas patrimoniais financeiras.

As contradições de classe mudaram de forma, tornaram-se mais complexas, mas não foram apagadas pelo crescimento e modernização da economia. A dominação da propriedade do grande capital não pode ser ofuscada pela propriedade de alguns bens de uso, considerados relativamente mais abundantes e luxuosos; ou mesmo, por certo peso da propriedade de pequenas empresas; ou ainda, restrita posse de ativos financeiros nas mãos de alguns membros das camadas médias da sociedade e de alguns operários qualificados.

Uma coisa é dizer que o socialismo depende, entre outros fatores, do aumento das forças produtivas, da elevação da riqueza social. Mas outra coisa, muito diferente, é ignorar quais são as classes que se apropriam dessa riqueza. É ignorar a determinação das relações entre as classes sociais na estrutura da economia sobre as condições de distribuição da renda e da riqueza. É ignorar o mecanismo da apropriação capitalista. A multiplicação da riqueza tem correspondido ao recrudescimento das desigualdades entre classes sociais, sobretudo nas últimas décadas, desde o advento do neoliberalismo. Um pequeno punhado de algumas centenas de capitalistas possui a maioria da riqueza do mundo. Na China, avança e multiplica-se vertiginosamente o produto da atividade econômica, mas surge uma ínfima minoria dos ricos e bilionários, e ampliam-se as desigualdades. Melhoram as condições de vida de grandes massas da população, mas aparecem novas formas de privações para alguns setores sociais, como agricultores pobres. Os serviços sociais, de acesso público, são limitados. A exploração e a opressão sobre os trabalhadores são mantidas, estruturalmente.

Bernstein (1997b, p. 61), alegando unilateralmente a defesa da tese de Marx sobre o crescimento da composição orgânica do capital, reconheceu que a “forma característica da moderna evolução” se dá com o aumento absoluto do capital e correspondente diminuição relativa do proletariado. Nesse mesmo diapasão, Deng exortou ao rápido crescimento econômico da China, ou seja, “a moderna evolução”. No entanto, isso significa apenas que o curso efetivo da modernização chinesa, com a explosiva elevação do capital e o aumento do proletariado, vindo da agricultura, é consistente com o desenvolvimento da economia capitalista. Foi isso que se processou na China, apesar de todas as suas importantes peculiaridades. Em termos comparativos, a taxa de crescimento do capital constante é maior do que a própria aceleração do aumento do capital variável na bem-sucedida reestruturação produtiva chinesa.

Como se sabe, há uma tradicional divergência entre os socialistas acerca do reformismo ou da revolução como o caminho da transformação da sociedade. Os marxistas firmaram o ponto de vista da necessidade da revolução, sem negar a importância das reformas. O próprio Marx exaltava, por exemplo, a luta pela redução da jornada de trabalho como uma reforma fundamental nos marcos do capitalismo. Entretanto, o conceito de reformas não é igual ao de reformismo. Reformas são mudanças parciais progressistas, reformismo é uma estratégia política geral ou uma tendência política e ideológica. No século XX, a social-democracia europeia, a partir da Segunda Guerra Mundial, apareceu como o partido, por excelência, do reformismo. A sua estratégia, com importantes ganhos sociais para os trabalhadores, tornou-se, cada vez mais, uma acomodação, conciliação e defesa do grande capital europeu, ao lado do Welfare State.

A concepção de revolução entre os próprios marxistas é objeto de acesa polêmica, desde a forma insurrecional da “tomada do Palácio de Inverno”, à guerra popular prolongada maoísta, à

transformação processual gramsciana etc., observando as mutações na sociedade capitalista, suas injunções políticas e as circunstâncias de cada momento histórico. Contudo, esclareça-se que revolução se denota como mudança sistêmica decorrente da transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo. Revolução não se confunde com uma forma específica de mera conquista do poder político. Ideologia, política e cultura entrelaçam-se na luta pela hegemonia. Em que perspectiva sistêmica e campo estratégico situa-se o atual rumo do Partido Comunista e do Estado na China? Para os dirigentes do PCC, não há dúvida: a China é socialista. Creem que continuam a revolução chinesa nas condições concretas, materiais e históricas da China e do mundo hoje.

A avaliação adequada das condições reais é, obviamente, indispensável para definir a justeza ou não de determinadas medidas, políticas ou econômicas, inclusive para um partido no poder, como é o caso do PCC. Por isso, Lênin conclamava os bolcheviques, já no poder, a

verificar com o maior sangue-frio e lucidez em que momento, em que circunstâncias e em que terreno se deve atuar revolucionariamente e em que momento, em que circunstâncias e em que domínio de ação se deve saber passar à ação reformista. (LÊNIN, 1980, p. 552)

Contudo, em vez de passos táticos, medidas pontuais, conforme as circunstâncias, parece que os chineses, conscientemente ou não, passaram a uma nova estratégia global e duradoura de reformismo, sustentado a longo prazo.

No entanto, aqui não cabe uma análise simplista. O papel e o lugar das reformas nas transformações sociais são problemas muito complexos, que se renovam, como Lênin percebeu, ao se ver diante das tarefas concretas do exercício da administração estatal:

Depois da vitória do proletariado, nem que seja num só país, algo de novo aparece na relação entre a reforma e a revolução. Em princípio, o problema permanece o mesmo, mas na forma produz-se uma mudança, que Marx, pessoalmente, não pôde prever, mas que só pode ser compreendida no terreno da filosofia e do marxismo. [...]. Até a vitória do proletariado, as reformas são um produto acessório da luta de classe revolucionária. Depois da vitória (embora à escala internacional continuem a ser o mesmo ‘produto acessório’) constituem, além disso, para o país onde a vitória foi alcançada, uma trégua necessária e legítima nos casos em que é evidente que as forças, depois duma tensão extrema, não são suficientes para levar a cabo por via revolucionária determinada transição. (LÊNIN, 1980u, p. 555-556)

Historicamente, as reformas foram vistas como mudanças progressistas. Mas podem, na prática, ser empreendidas para mudar ou conservar o *status quo*. Para a classe trabalhadora, as reformas seriam uma acumulação de forças, ensejariam uma preparação política, as reformas significariam importantíssima melhoria das condições imediatas de vida; deveriam ser um passo em direção às mudanças mais profundas, mesmo pagando o preço de concessões momentâneas ao capital.

A ideologia neoliberal trouxe uma novidade: as reformas, agora, são medidas regressivas – política e socialmente. São as reformas para forçar a roda da história para trás. Os direitos sociais são cancelados. Medidas abertamente reacionárias são adotadas em face dos movimentos sociais. As desigualdades sociais são aprofundadas. As restrições às liberdades democráticas são reforçadas. Os patrocinadores das reformas neoliberais são, via de regra, partidos políticos conservadores. Na origem desse novo processo

e dessa nova natureza das reformas, destacaram-se intelectuais como Friedrich Hayek e Milton Friedman e personalidades políticas como Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com um ponto de vista extremamente reacionário, opondo-se até mesmo a qualquer veleidade social-democrata. No processo de dismantelamento do socialismo real, as personalidades políticas e os movimentos na União Soviética e do Leste Europeu em favor da restauração do capitalismo foram classificados no Ocidente, pela mídia e meios acadêmicos, como reformistas, a exemplo do governo de Boris Ieltsin, na Rússia. E os opositores, ou seja, os que queriam a permanência do socialismo real, eram chamados de conservadores.

É nesse novo contexto internacional que se situam as reformas chinesas, a despeito de suas peculiaridades e de sua oposição ao neoliberalismo. Trata-se da proposição de novos rumos. O Estado deveria ser reorientado para liderar o esforço de modernização econômica, no sentido específico de favorecer, com incentivos e proteção, a atração de capitais privados estrangeiros e, simultaneamente, preservar determinada presença estatal direta na gestão econômica e na esfera produtiva. Os capitais da diáspora chinesa foram atraídos e contribuíram decisivamente para a aceleração do crescimento econômico. A aposta e a confiança nos efeitos estruturais e positivos da integração com o mercado mundial, sem abrir mão da regulação estatal, levaram à “política de portas abertas” e de estreitamento das relações com o Japão e o Ocidente, sobretudo os Estados Unidos. Abandonava-se, dadas as novas circunstâncias históricas, a estratégia maoísta de independência nacional assentada na construção econômica baseada nas próprias forças, com a China submetida a duro cerco e isolamento internacional.

Circunstâncias históricas chinesas

É claro que a lógica das reformas não apareceu de repente nem se apresentou completa e sistemática de uma só vez. Assim, ao longo do tempo, desde 1978, foram surgindo e se sedimentando as concepções e a lógica do novo modelo de desenvolvimento chinês. Houve um processo de gestação e amadurecimento das primeiras ideias das reformas nos marcos da contraposição à estratégia maoísta. Assim, a atual etapa da China tornou-se globalmente uma ruptura com o período maoísta. É ruptura política, ideológica, econômica e social, inegavelmente, sobretudo quando se observa o conjunto das mudanças operadas desde 1979 e os resultados sistêmicos verificáveis no presente momento, independentemente da sinceridade das intenções socialistas proclamadas pelos dirigentes chineses.

Entretanto, há um fio condutor, também inegável, entre os dois períodos, que é a persistente estrutura institucional Partido-Estado, com toda sua centralidade, ora contestada, ora reforçada, e seus efeitos amplos e profundos, ideológicos, políticos e econômicos na vida chinesa. Com a vitória da revolução em 1949, o Partido Comunista Chinês tornou-se a principal instituição política para a tomada de decisão dos rumos estratégicos da China, em simbiose com o aparato estatal. Constituiu-se o novo Estado nacional, reunificando a pátria, superada a guerra civil e vencida a ocupação estrangeira. Restaurou-se a dignidade nacional, ultrajada pelos imperialistas há mais de um século. Nesses termos, em um processo tumultuado, com tensões e conflitos, marchas e contramarchas, setores da burguesia chinesa que permaneceram no país, à exceção dos chamados “compradores”, desempenharam certo papel dirigente autônomo, à frente de algumas atividades econômicas no início do novo regime. Em seguida, esses burgueses atuaram em associação com o Estado. E, por fim, eles incorporaram-se ao exercício das responsabilidades como gestores, em diversos âmbitos do

Estado, inclusive na direção das empresas. Não seria simples e automática a superação da presença burguesa originada das arraigadas tradições de negócios de grandes centros como Xangai, Cantão e Nanquim, inclusive dos 22 anos de governo do Guomindang.

A complexa relação entre remanescentes influências burguesas e o novo Estado da China Popular foi objeto de reflexão de Mao, ao argumentar sobre as contradições no seio do povo. Nesse processo, ocorreram momentos de aguda tensão entre distintas concepções e experiências sobre o Estado e as relações sociais de produção. Foi o que ocorreu quando emergiu um ensaio de Estado das comunas populares e de descentralização da organização produtiva, em 1958, e na Revolução Cultural, entre 1966 e 1968. Todavia, prevaleceu a visão do Estado, à frente das tarefas do desenvolvimento econômico, o Estado como centralização tradicional da vida política e econômica. Posteriormente, esse tipo de visão estatal se refletiu na liderança exercida pelas autoridades, conduzindo a deflagração, gestão e aprofundamento das reformas de Deng, dando um passo adiante – ou atrás – pela restauração das influências burguesas chinesas, ao incorporar massivamente os capitais da burguesia de Hong Kong, Macau, Taiwan e das demais partes da diáspora chinesa.

Nessa persistência da visão estatal, poderia, em uma nota forçada, se remontar ao passado da civilização do Império do Meio, motivo de orgulho nacional renascido e cultuado hoje na mente dos chineses, lembrando a secular tradição do Estado e dos administradores mandarins na China. Registre-se, porém, que, na primeira metade da década de 1970, Mao deflagrou a campanha política e ideológica para o repúdio das influências – simultânea e estranhamente de Lin Biao, ex-comandante militar da República Popular da China e líder ultraesquerdista da Revolução da Cultural, e Confúcio, patrono do imaginado sempiterno modo elevado de pensar e de ser dos chineses. O passado confuciano, com a exaltação da hierarquia, harmonia, conformismo, estabilidade,

conservadorismo, deveria ser desarraigado da subjetividade dos chineses. Supunha-se, no cálculo maoísta, que seria preciso eliminar a influência do pensamento confuciano, a fim de liberar as mentes e as energias do povo para impulsionar a construção e consolidação do socialismo.

Constata-se uma certa continuidade histórica, entre os períodos Mao e Deng, no que diz respeito ao paradigma da construção estatal do socialismo. Mao titubeava entre a iniciativa e autonomia das massas, de um lado, e o aparato Partido-Estado, de outro. Emblematicamente, mesmo durante a Revolução Cultural, Mao fez sempre questão de proteger e manter intocado o papel dirigente supremo de Zhou Enlai, como eterno primeiro-ministro, mandarim vermelho, homem do Estado, veterano dirigente comunista. Kalpana Misra chama a atenção para o fato de que Mao assegurou o suporte tácito à dominação dos dirigentes moderados no âmbito econômico e, simultaneamente, encorajou a retórica ultraesquerdista na denúncia das políticas econômicas moderadas. (MISRA, 1997, p. 268) Yiching Wu reconhece a importância assumida pela expropriação dos meios de produção pela Revolução Chinesa (YICHING, 2005, p. 48), mas ele denuncia que o controle efetivo da economia ficou nas mãos de imenso aparato burocrático, sem o controle democrático dos trabalhadores. Yiching avalia que esse fato é fundamental para compreender por que foram possíveis as diversas mudanças na China, ao longo dos anos, e, também, as reformas contemporâneas.

Na disputa pelo poder no Partido-Estado, Mao Zedong, entre 1969 e 1975, em diversos episódios, optou pela contenção das forças de “esquerda”. Isso resultou na liquidação do grupo de Lin Biao e preparou o terreno para o esmagamento do “bando dos quatro”, posteriormente, no final de 1976. Apesar das divergências expostas e argumentadas por Mao e das grandes tentativas práticas de ruptura do paradigma soviético, através do Grande Salto e da Revolução

Cultural, o resultado geral foi a preservação, na experiência chinesa, da importante influência da via estatal de socialismo.

Para construir o socialismo, seria necessário o desenvolvimento econômico, tanto na União Soviética quanto na China, inevitavelmente. Porém, para essa acelerada transformação da base material do país – URSS ou China –, alguma via estatal deveria ser adotada. A depender do momento histórico, houve maior ou menor grau de centralização do plano, da propriedade, da gestão, dos processos administrativos de decisão, de estruturação de instrumentos fundamentais, a exemplo da comissão do plano, dos órgãos de estatísticas, dos ministérios, dos departamentos etc.

Guardadas as diferenças nacionais e ressalvadas as distintas trajetórias do processo revolucionário, era como se o Estado estivesse criando a sociedade e o socialismo na URSS e na China. Com Mao seria uma versão de socialismo de Estado combinado com participação de massas. Com Deng, para seu autoproclamado objetivo de modernização socialista, recorria-se a um capitalismo monopolista de Estado combinado – por mais estranho que pareça – com a globalização neoliberal. Essa combinação curiosa, com Deng, seria constituída por um tipo de Estado desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, pela liberalização para o setor privado, para o mercado e para a integração à economia mundial. De forma inteligente, a liderança do PCC, com as reformas, aproveitou e usou a globalização neoliberal para, paradoxalmente, alcançar os objetivos nacional-desenvolvimentistas do Estado chinês.

As reformas de Deng herdaram a permanente – e inevitável – obsessão, desde o início da vida da República Popular, de vencer o imenso atraso relativo chinês no terreno das forças produtivas, como se verificou no desejo da multiplicação da produção de aço no Grande Salto. A atitude de crítica a aspectos da estratégia maoísta e o espírito de busca de novos caminhos na economia herdaram a experiência do período de reajuste e normalização de 1962

a 1965, sob a liderança do presidente Liu Shaoqi e Zhou Enlai. Após idas e vindas durante a Revolução Cultural, o regresso definitivo de Deng Xiaoping ao poder ocorreu com sua ocupação em tarefas governamentais no terreno da educação, ciência e tecnologia, durante os anos de 1977 e 1978. Ao tratar desses problemas, Deng não podia perder de vista a comparação com os elevadíssimos níveis tecnológicos e científicos dos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos e o Japão. Para superar o atraso relativo da China, se fazia necessária a modernização econômica. Por isso, Deng declarou, em 1977:

Em nosso esforço para concretizar a modernização, o ponto chave é elevar o nível de nossa ciência e tecnologia. Para desenvolvermos essas últimas, é imprescindível o nosso empenho na educação. [...] Temos de criar no seio do Partido uma atmosfera de respeito ao saber e de estima às pessoas de talento. (DENG, 1984, p. 54-55)

61

Em vez de naturais, as reformas de Deng tiveram caráter histórico, resultaram de uma trajetória de conflitos e se inseriram em uma determinada conjuntura política da China e do mundo. São reformas que expressam uma época. O desaparecimento de Mao, a liquidação política implacável e total do “bando dos quatro”, o estreitamento das relações com os Estados Unidos e o antagonismo beligerante com a União Soviética foram fatores políticos e ideológicos que constituíram o ambiente em que se situaram a justificativa, a oportunidade e a viabilidade das novas escolhas dos dirigentes chineses. Em vez de desdobramento espontâneo, o processo de reformas foi deflagrado, como opção e deliberação, na famosa III Sessão Plenária do Comitê Central do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, em dezembro de 1978. Quem empalmava o poder, naquele momento, tomou a decisão conforme

suas referências político-ideológicas e sua análise da realidade. E depois, ao longo das décadas seguintes, a realidade foi construindo novos problemas e novas tarefas para a reconfiguração do curso das reformas.

Há um reiterado equívoco sobre a nova orientação do Estado chinês. Insiste-se em algo que já se tornou lugar comum, clichê, em diversos tipos de apreciações da fase das reformas: o eixo do novo período seria a economia, em substituição do eixo do período maoísta, a luta de classes. Economia em vez de política radical. É o que dizem e repetem. Sheying Chen (2002, p. 7), por exemplo, argumenta sobre uma despolitização, com Deng Xiaoping. Nada mais enganoso. As profundas transformações econômicas e sociais têm tudo a ver com o poder político que ultrapassa os marcos da rotina cotidiana dos aparatos administrativos estatais. É político o impacto sobre as classes sociais em decorrência das mudanças relativas à propriedade e à posse dos meios de produção, à exploração do trabalho. Isso tudo é política, opressão, hegemonia de determinados interesses sociais. As conquistas reais e valiosas de melhoria das condições de vida para as massas não significam neutralidade das reformas do ponto de vista da relação entre capital e trabalho. Nesse sentido mais profundo, as massas estão sendo constrangidas, contidas, pela ação deliberada do Estado, pela ideologia dominante, pelas emergentes relações sociais de produção burguesas. Foi imposta uma nova reverência, respeito ao Estado, em relação à sociedade, sem prejuízo das iniciativas dos indivíduos e das localidades em favor da nova reestruturação do país.

62

Importância da retórica oficial

A fundamentação, a explicação e o discurso dos reformadores chineses devem ser observados, examinados, porque são recursos políticos que tentam justificar as mudanças. Não se pode dizer que se

trata apenas de oratória vazia. Há base real, evidentemente. É também a propaganda oficial do regime. A retórica do Partido/Estado apresenta as reformas como expressão de racionalidade, clareza, superioridade, objetivos progressistas. Nota-se um esforço dos textos oficiais em defender as reformas como medidas coerentes e necessárias à construção do socialismo nas condições específicas da China. Na fase inicial das reformas, chama a atenção a hierarquia dos discursos oficiais, na seguinte ordem, a partir do mais geral e mais importante: i) os quatro princípios da revolução; ii) as três tarefas estratégicas; iii) as quatro modernizações; iv) os quatro trabalhos; v) os dez princípios da gestão econômica. Mirando o futuro, proclamava-se que o objetivo estratégico da modernização é situar a China como um país desenvolvido em 2050.

No início, argumentava-se, pelo pronunciamento oficial, de que haveria um limite para as mudanças. Assim, as reformas não poderiam subverter os quatro princípios da revolução, a saber: socialismo, ditadura democrático-popular, direção do PCC e marxismo-leninismo, pensamento Mao Zedong. Em 1980, Deng expôs as três principais tarefas estratégicas para a década que se avizinhava: i) luta contra o hegemonismo das superpotências; ii) reunificação nacional, sobretudo a volta de Taiwan à China; e iii) aceleração da construção econômica. Os quatro trabalhos seriam: i) reforma estrutural da administração e revolucionarização dos quadros, com maior preparação cultural e profissional; ii) desenvolvimento do espírito socialista; iii) combate aos delitos, sobretudo na economia; iv) retificação do estilo de trabalho e consolidação orgânica do PCC, a partir dos novos Estatutos. Dez princípios orientariam a gestão da economia: i) política de desenvolvimento da agricultura, inclusive contando com avanços científicos; ii) fortalecimento da indústria leve e reajuste da indústria pesada; iii) consumo eficiente da energia e fortalecimento das indústrias de energia e de transportes; iv) transformação técnica nas empresas;

v) organização econômica com base em grupos de empresas; vi) elevação dos investimentos na construção; vii) política de portas abertas para a economia internacional e reforço da autossustentação; viii) reforma da estrutura da economia e maior iniciativa dos vários setores; ix) elevação cultural e científica dos trabalhadores e maior progresso da ciência e da tecnologia; x) prevalência da orientação geral de “tudo para o povo”, vinculando economia e condições de vida das massas. (POMAR, 1987, p. 168-169)

“Modernização”, “Tríplice Representatividade”, “Desenvolvimento científico”, “Sociedade harmoniosa” e “Quatro princípios abrangentes” são *slogans* dos diversos momentos do processo de reformas. Depois de Deng Xiaoping, que morreu em 1997, o principal dirigente da China foi o presidente Jiang Zemin, entre 1990 e 2001. Jiang divulgou a chamada teoria da “Tríplice Representatividade”, como representação do processo em curso na China, reunindo: i) máxima produtividade (empresariado); ii) elevação cultural (intelectualidade); e iii) defesa dos interesses da maioria do povo. O presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao encabeçaram o sistema partido-Estado entre 2002 e 2012. Nesse período, os dirigentes chineses falavam do “conceito científico de desenvolvimento”. Tratar-se-ia do desenvolvimento centrado no povo, desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável, para a promoção do progresso global da economia e da sociedade. As necessidades dos indivíduos teriam que ser priorizadas. Nessa mesma linha, o presidente Hu Jintao expôs a retórica em que a principal bandeira seria a construção de uma “sociedade harmoniosa”, com a redução das desigualdades sociais, das discrepâncias entre campo e cidade, com a aproximação entre os cidadãos e o Estado. O presidente Xi Jinping, na liderança do Partido/Estado, a partir de 2013, propõe os “Quatro princípios abrangentes: sociedade próspera, reformas profundas, Partido Comunista disciplinado e governo conforme a lei”. Na propaganda oficial do governo de Xi,

proclama-se: “prosperidade é o objetivo, reforma é progresso, o uso da lei é garantido, reforçar o Partido é a chave!”.

Só o formalismo pode levar a uma interpretação ingênua dessa profusão de discursos e *slogans* oficiais, inclusive às menções a supostos princípios marxistas e estratégia socialista. Toda essa retórica oficial condiz com o sentido geral das reformas adotadas concretamente desde 1979. Não obstante as referências ao socialismo com características chinesas, a oratória dos dirigentes chineses justifica as reformas de dismantelamento das comunas populares, descoletivização da agricultura, privatização de parte da economia, dominação da lógica do capital e propagação dos valores ideológicos burgueses, com ameaça de bloqueio da perspectiva socialista.

É insuficiente constatar que os problemas reais da economia chinesa reclamavam mudanças. Mas qual deveria ser a natureza das reformas? Importa saber qual a direção dessas reformas. É indispensável examinar o rumo geral das mudanças. É necessário ter uma visão de conjunto sobre os resultados das reformas a longo prazo. Investigar as suas implicações sobre a configuração da formação econômica e social da China. Como ocorrem e quais são as implicações sistêmicas desse processo de reformas?

Embora as alterações em curso desde 1979 sejam denominadas como reformas econômicas, as mudanças ultrapassaram os marcos da economia, caracterizando-se como uma transformação histórica geral na sociedade chinesa. Junto com a modernização econômica, surgiram alterações profundas no sistema social. Construiu-se uma estrutura econômica de reprodução do capital e suas correspondentes instituições; ampliou-se a diferenciação social e sua correspondente estruturação de classes; reapareceram valores e costumes burgueses e individualistas e seus correspondentes pensamento e ideologia. Em um misto de escárnio, cinismo e mistificação, expandiu-se, em alguns setores privilegiados da sociedade, uma atitude de ridicularização e negação dos movimentos

radicais de esquerda, constringendo a retomada de uma oposição social autônoma ao capitalismo.

Até mesmo um organismo como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma expressão institucional das grandes potências e do grande capital, julga que as reformas, desde 1978, são vastas, transcendem a economia e promovem uma reconfiguração do Estado:

A China procede atualmente a uma transformação radical de seu sistema de governança de forma a adaptar suas instituições e o funcionamento do Estado a uma *economia cada vez mais aberta ao mercado*. Um certo número de tensões ligadas aos desequilíbrios orçamentários e financeiros no país, *ao crescimento das desigualdades* e à degradação ambiental tornaram-se *inevitáveis* nessa mutação. (OCDE, 2005, p. 12, tradução nossa, grifo do autor)

As reformas – sob o ângulo imediato e estritamente econômico – foram articuladas em torno de três eixos: i) subordinação do plano ao mercado; ii) liberalização tanto da posse, por famílias, na terra – em detrimento da coletivização – quanto da propriedade da empresa urbana; e iii) integração à economia mundial. O pragmatismo foi adotado como o critério fundamental de decisão do Estado chinês. Isso foi simbolizado pelo *slogan* de que “não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato”. Os resultados práticos foram perseguidos, independentemente da relação entre os meios empregados e as relações sociais de produção. As metas do crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas desvincularam-se das consequências regressivas classistas, a longo prazo, na estruturação da sociedade. As mudanças foram implementadas paulatinamente, recorrendo inicialmente à experimentação em projetos-piloto. Essa transição ao mercado e às novas – e

retrógradas – relações sociais de produção, através do gradualismo, tentou evitar maiores fricções políticas, contornar resistências sociais, prevenir colapsos econômicos. Adotou-se na China o gradualismo das reformas em vez da desastrosa terapia de choque da Rússia dos anos 1990: gradualismo ou choque – o destino final, apesar das grandes diferenças nacionais, é a restauração capitalista nesses dois países.

O principal trunfo das reformas é o impressionante e duradouro crescimento acelerado da economia chinesa. A sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico seria a comprovação do acerto das mudanças. Porém, essa rápida multiplicação da produção cria mais expectativas de crescimento da riqueza no futuro, provocando, segundo a lógica vigente, uma crença e uma exigência de novas e crescentes medidas de liberalização econômica, com potencial estreitamento da regulação estatal. O regime político, por sua vez, extrai sua defesa e legitimidade, em grande parte, dessa frenética e exitosa corrida produtiva. Mas, na segunda década do século XXI, a China já não cresce com o mesmo ritmo acelerado das primeiras décadas das reformas. A relativa queda das taxas de crescimento da economia desde 2012 pode criar importantes dificuldades para as necessidades cruciais de geração de emprego. É óbvio que seria impossível a mera continuidade do elevadíssimo crescimento econômico. A redução do ritmo produtivo chinês tem a ver com as preocupações dos dirigentes do Partido/Estado sobre: i) a exacerbação das desigualdades sociais e regionais; ii) os limites da degradação ambiental; iii) o excessivo endividamento de empresas e governos locais, em associação com os desdobramentos da crise capitalista mundial, deflagrada em 2008, e as tendências ainda duradouras de medíocre crescimento econômico no mundo.

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 26-54) elaboraram uma periodização do processo de reformas na China. Eles denominaram de estágio I o período entre 1978 e 1983, de estágio II,

entre 1984 e 1991, com reformas urbanas, atingindo inclusive as empresas estatais ou *State-Owned Enterprises* (SOEs); e de estágio III, a partir de 1991, com privatização de empresas estatais, reforma financeira, nova abertura e adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. No primeiro estágio, foram concedidas maiores prerrogativas aos órgãos de planejamento provincial e regional, coexistindo com maior autonomia na administração das empresas e estímulo à criação de empresas cooperativas e privadas. Nessa primeira fase, ocorreu a descoletivização no campo, surgiram as empresas de municípios e aldeias (*Township and Village Enterprises* – TVEs) e foram constituídas as primeiras Zonas Econômicas Especiais (*Economic Special Zones* – ESZs).

Planificação estatal e mercado

68

Como ressurgiu o mercado na China? O povo reivindicou a volta do mercado? Quando começou o processo das reformas, o povo não estava reclamando a implantação de mercado, não havia manifestação popular nesse sentido, mas a liderança do PCC inclinou-se em favor da via mercantil. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 31) Foi a vontade e determinação da cúpula dirigente do PCC. Assim, promoveu-se um deslocamento significativo: mercado em vez de um tipo específico de plano socializante. Negava-se a forma de plano a serviço da tentativa de construção do socialismo real. O que se chama “plano quinquenal” hoje na China é uma regulação forte do Estado na assim chamada “economia mista”, já conhecida no mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

É claro que a criação dos mercados e do setor privado na China tem que estar articulada, em um plano mais geral, com relações de classes sociais. (YICHING, 2005, p. 49) Há alguma base em termos de desigualdades, interesses, privilégios e ideologia para o reaparecimento do mercado. As determinações históricas gerais vigentes

na China impõem, de modo complexo, as condições de adaptação ao mercado. A opção pela reintrodução dos mecanismos de mercado e do setor privado foi clara. Já na própria 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, declarou-se que as forças de mercado eram a chave da modernização socialista. Isso poderia ser interpretado como, simplesmente, uma retomada de realismo na economia. Poderia ser um reconhecimento da necessidade da regulação mercantil na economia chinesa, em paralelo à planificação estatal. Poderia ser uma tomada de consciência das dificuldades advindas da burocratização do plano ou da estatização completa e absoluta da atividade econômica. Poderia ser resultado de um amadurecimento sobre as dificuldades, os ritmos e os prazos da construção econômica do socialismo, sob os bloqueios capitalistas mundiais. Mas não era nada disso! Passava-se para uma visão nova, distinta, específica. O mercado, agora, aparecia como um regulador chave da economia. Os preços de mercado seriam a ferramenta do cálculo econômico. E, ainda mais, lançou-se, posteriormente, uma confusão entre os conceitos de mercado e de socialismo, conforme as formulações do PCC, no início dos anos 1990, acerca do assim chamado socialismo de mercado, lembrando vagamente ideias de transição socialista como as formulações de Oscar Lange.

A regulação do mercado estaria assentada na compreensão da vigência objetiva, inarredável, da lei do valor no período de construção econômica do socialismo. O mercado espontaneamente orientaria a alocação de recursos, segundo a lei do valor. No período de transição socialista, não caberia, simplesmente, trocar o funcionamento do sistema de preços, conforme as forças de oferta e procura no mercado, pela fixação de preços, administrativamente, por representantes do Estado. Assim, a liderança chinesa pós-1978 teria aceitado a operação do mercado como essencial ao funcionamento da economia, segundo as condições concretas vividas pela China. Parece ser essa a fundamentação do caminho escolhido pela China

pós-1978: aceitar a lei do valor como algo natural, incontrollável, necessária praticamente pela eternidade. Nesses termos, seria viável impulsionar a produção para a finalidade da valorização do capital, o que requer propriedade privada e mercado. Assim, quaisquer formas e meios seriam legítimos e poderiam ser empregados, a fim de desenvolver completamente as forças produtivas, estruturar e modernizar a economia. Pela retórica das autoridades chinesas, isso seria a própria construção do socialismo, em um processo evolucionário, natural, a longuíssimo prazo.

A necessidade do mercado em lugar do plano e da gestão do Estado, em moldes socializantes, é também argumentada segundo os termos já levantados por Bernstein. (1997b, p. 90) Para ele, era impossível a gerência estatal das empresas no socialismo. Isso resultaria em inviável gigantismo gerencial por parte do Estado, à frente da direção de imensa quantidade de empresas pequenas e médias, e mesmo no comando “só das empresas maiores”. Independentemente das justificativas expostas pela liderança chinesa, o fato é que, no início do processo, a criação dos mercados foi uma imposição do governo sobre o povo. A liberalização da organização da agricultura por família e a livre venda de produtos agrícolas foi uma maneira de iniciar a reintrodução das transações mercantis.

Jean-François Huchet (2006, p. 10) avalia que, praticamente, todos os mecanismos de administração de uma economia planificada deixaram de ser utilizados na China. O desmonte da coletivização da agricultura, a liberalização dos preços, a diversificação das formas de propriedade, a privatização de parte das empresas estatais, o crescimento do peso econômico do setor privado, o reconhecimento da legitimidade da empresa privada, a ampliação do setor de serviços privados, o tipo de gestão da monetização e da liquidez na economia, a forma assumida pelo consumo de massas e a competição de mercado são alguns elementos comprobatórios desse abandono da planificação de tipo socializante.

Ajit Singh (1994, p. 661) enxerga duas características essenciais na reforma chinesa. Primeiro, “houve uma ruptura decisiva com a planificação central de tipo stalinista, em benefício da maior utilização dos mercados, dos sinais de mercado e dos seus estímulos correspondentes”. Segundo, a mudança institucional foi gradual e progressiva.

Wing Thye Woo (1999, p. 15) analisa as transformações estruturais da economia chinesa, observando o período de 1978 a 1996. Nessa análise, ele destaca, na sua ótica, as três principais mudanças: primeiro, o declínio da importância da agricultura e a ascensão da indústria e do setor terciário; segundo, a radical diversificação da estrutura de propriedade, com o recuo da participação das empresas estatais (SOEs) e o destaque da ascensão das empresas de municípios e aldeias (TVEs); terceiro, a orientação da economia para o comércio exterior. Para Wing (1999), os quatro momentos principais de tensão e mudança nos processos de decisão econômica pela liderança chinesa foram: i) A desregulação, sobretudo da agricultura, em dezembro de 1978; ii) As reformas urbanas em 1984; iii) A (frágil, crescente-se) ascensão política dos chamados conservadores favoráveis à planificação socializante, em 1988; iv) A viagem de Deng Xiaoping ao Sudeste chinês industrial, em 1992, após o colapso definitivo da União Soviética, exortando a utilização do mercado e das ferramentas capitalistas na construção do socialismo de mercado com características chinesas.

No final da década de 1970, os camponeses começaram a ter a organização da sua atividade produtiva liberalizada, informalmente, suprimindo-se as formas estatais e coletivas, adotando-se o sistema de contrato de responsabilidade por família (*baochan daohu*). Após a venda da cota de produção para o Estado, a família camponesa passou a vender qualquer quantidade no mercado. Tanto o presidente Hua Guofeng como o verdadeiro novo líder em ascensão, Deng Xiaoping, estavam interessados na obtenção do respaldo

político advindo das famílias camponesas beneficiadas pelas medidas de liberalização. Em janeiro de 1983, foi reconhecido formalmente o sistema de contrato com unidades familiares no lugar das comunas populares.

As Zonas Econômicas Especiais foram mais um capítulo na liberalização e no abandono da planificação estatal. A experiência dos países asiáticos de industrialização recente na atração de capitais estrangeiros repercutia muito fortemente e não foi ignorada pela liderança chinesa, interessada em imprimir o avanço na economia do país. Assim, nos marcos da política de portas abertas, o Estado chinês, sem abrir o mercado doméstico, criou, em abril de 1979, quatro Zonas Econômicas Especiais na costa sul da China, nas proximidades de Hong Kong e Taiwan, importantes alvos para a integração nacional. Os capitais privados domésticos e estrangeiros, com muitas filiais de multinacionais e majoritariamente de empresas da diáspora chinesa, com destaque para Hong-Kong, se instalaram nas Zonas Econômicas Especiais sem subordinação ao sistema de planificação, contando com muito generosos incentivos fiscais e livres para contratar e gerir a força de trabalho. Essas empresas concentraram-se na produção intensiva em mão de obra, dispondo da abundante e barata força de trabalho, e contaram com isenção tributária para importar peças e componentes. Assim, alcançou-se grande competitividade nessas empresas voltadas para as exportações.

As reformas das empresas estatais, a partir principalmente de 1984, subtraíram importantes decisões econômicas e administrativas dos marcos da planificação e gestão estatais. Para Wing (1999, nota 9, p. 61), no caso chinês, uma empresa estatal (SOE) é controlada e dirigida, em última instância, pelo governo central, mesmo que sua gestão imediata seja assumida por governos locais; e o setor não estatal é composto por empresas que não são subordinadas ao governo central: cooperativas e empresas de propriedade coletiva, individuais, privadas e associadas com capital estrangeiro.

As reformas liberalizaram a administração das empresas, tanto em relação aos investimentos e produção, quanto no que diz respeito às compras e vendas dessas firmas no mercado. A multiplicação impressionante das empresas de municípios e aldeias também significou um tipo de esvaziamento das possibilidades da planificação e gestão estatais como controle, direção, coordenação da atividade econômica nacional.

Durante os anos 1980 tentou-se uma conciliação entre a administração e a liberalização dos preços. Isso pode ser visto como um sistema trinitário, com o Estado fixando alguns preços e monitorando outros, enquanto para uma quantidade cada vez maior de produtos admitia-se a determinação dos preços pelas forças de mercado. (MACEDO, 1994, p. 40) Ou, simplesmente, isso pode ser visto como um sistema dual, com alguns preços ainda determinados administrativamente, como nas cotas de produtos a serem vendidas ao Estado no início das reformas, e com outros preços determinados pelo mercado. Já em outubro de 1984, foram liberados os preços da maioria dos produtos agrícolas e da maioria dos produtos manufaturados (esses últimos, dentro de uma banda de variação dos preços). Sem idealizar o mecanismo de mercado, é claro que sua precificação, a depender das circunstâncias de concorrência, representa uma possibilidade de refletir melhor os custos, além de ajustamento às condições da demanda, como reclamariam os representantes das teses das reformas pró-mercado, como Alec Nove.

Na distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços, registraram-se as seguintes mudanças: em 1978 todos os preços no atacado eram fixados pelo Estado, mas passaram para a determinação pelo mercado em 13% das transações em 1985, 78% em 1995 e 87,3% em 2003; as transações dos produtos no varejo tinham a determinação dos preços pelo mercado em 3% em 1978, em 34% em 1985, 89% em 1995 e 96,1% em 2003.

Tabela 1- Distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços (em %)

	1978	1985	1995	2003
PRODUTOS NO ATACADO:				
Preços de mercado	0	13	78	87,3
Preços regulados pelo Estado	0	23	6	2,7
Preços fixados pelo Estado	100	64	16	10
PRODUTOS NO VAREJO:				
Preços de mercado	3	34	89	96,1
Preços regulados pelo Estado	0	19	2	1,3
Preços fixados pelo Estado	97	47	9	2,6
PRODUTOS AGRÍCOLAS:				
Preços de mercado	6	40	79	96,5
Preços regulados pelo Estado	2	23	4	1,6
Preços fixados pelo Estado	93	37	17	1,9

Fonte: Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento e anuários de preços conforme Dougherty e Herd (2005, p. 5, Tabela 1).

A liberalização dos preços, com impactos de inflação e de desorganização econômica, foi um importante objeto de disputa no interior do sistema Partido-Estado, na segunda metade da década de 1980. A inflação avançou com taxas de 6% em 1986, 7,3% em 1987 e 18,5% em 1988. Deng Xiaoping insistiu na liberalização de preços em 1986 e começou, a partir de maio de 1988, a conclamar, publicamente, pela adoção da liberdade dos preços de mercado. O superaquecimento da economia, a inflação e a ameaça de desequilíbrios maiores, em 1988, ao lado dos protestos na praça Tiananmen, em 1989, suscitaram divergências, alinhando, de um lado, os assim chamados reformadores e, de outro, os tidos conservadores. Os primeiros defendiam a regulação da economia pelo mercado e os últimos seriam os defensores da planificação central socializante.

A elaboração econômica de Chen Yun, o mais importante veterano dirigente depois de Deng, era a principal referência para reduzir a liberalização da economia. Para Chen, a economia deveria ser regulada em 80% pelo plano e 20% pelo mercado. Segundo sua metáfora, a economia era um pássaro voando em um espaço livre, o mercado, mas esse último tinha de ser restringido por uma gaiola, o plano.

Com o afastamento de Hu Yaobang da secretaria geral do Partido, e a sua substituição por Zhao Ziyang, que deixou o cargo de primeiro ministro, os tidos conservadores passaram a contar com o novo primeiro-ministro, Li Peng, e com o fortalecimento do chefe da Comissão Estatal de Planificação, Yao Yilin. Em setembro de 1988, o Comitê Central decidiu conter o ritmo das reformas. O governo adotou medidas econômicas austeras e, em 1990, a inflação caiu para 2,1%, enquanto o crescimento da economia “recuou” para 4,1%.

Divulga-se fortemente a ideia de que no final dos anos 1980 os chamados conservadores teriam conseguido “congelar”, paralisar as reformas. É verdade que ocorreram disputas, conflitos, dúvidas. O foco de tudo isso estava dirigido para a polêmica do plano *versus* o mercado. É preciso, porém, evitar o exagero, tão geralmente aceito, de interpretar essa polêmica como uma tentativa global e real de reversão das reformas, a partir das iniciativas de alguns importantes dirigentes, entre 1988 e 1991. O exagero é tão universal e tão gritante sobre os fatos desse determinado momento histórico que se caracteriza a viagem de Deng Xiaoping ao sul da China como um novo ponto de viragem, com o relançamento das reformas e a derrota dos chamados conservadores.

A visita de Deng a Shenzhen, Xangai e outros centros industriais foi muito importante, inequivocamente, mas não significou inflexão, e sim continuidade e aprofundamento do que já vinha sendo implementado. Nisso tudo há muita fantasmagoria, mas é

essa forma, essa fantasia, que todo mundo quis escrever e registrar. Por essa leitura, a partir da exaltada, última e genial cartada de Deng, as reformas foram “descongeladas” e puderam ser aprofundadas. A imprensa ocidental comemorou bastante essa viagem de Deng e na verdade essa incursão do chefe reformista foi utilizada pelos ocidentais para justificar a superação do esfriamento das relações entre os Estados Unidos e a China, desde a crise da Praça de Tiananmen, em 1989.

Em contraste com a quase lenda unânime do périplo de Deng, é possível recordar alguns fatos que não significaram demonstração de força dos chamados conservadores. Com efeito, nesse período, não se registra a demonstração de medidas contrárias aos mecanismos de funcionamento de uma economia capitalista. Nesse sentido, foi emblemática, como reforço dos típicos mecanismos de mercado, a criação das duas únicas Bolsas de Valores da China (afora a Bolsa de Hong Kong), exatamente nesse suposto período antirreformas. De fato, a Bolsa de Xangai foi aberta em 1990 e a de Shenzhen, em 1991. Foi também significativa, politicamente, a eleição, em junho de 1989, de Jiang Zemin, que depois se provou não ter nenhum compromisso com a reversão das reformas, para a secretaria geral do Partido Comunista Chinês.

O 8º Plano Quinquenal, lançado em dezembro de 1990, não continha nenhuma mudança da rota orientada para o mercado. Não se cogitou nenhuma política de ataque aos interesses já criados. Esses interesses já estavam cristalizados através da disseminação das empresas de municípios e aldeias, da autonomia dos diretores das empresas, da expansão do papel político dos secretários do Partido nas províncias e do fortalecimento dos governos locais, sempre envolvidos em negócios, contratos, *joint-ventures* e atração de investimentos, no sentido da expansão da atividade econômica privada.

Na verdade, as dúvidas das lideranças chinesas, entre 1989 e 1991, se deveram aos problemas da economia, sobretudo à inflação,

aos protestos de Tiananmen e aos receios advindos da queda do Leste Europeu e, depois, da União Soviética. As lutas internas no PCC se prendiam aos efeitos futuros das reformas em termos de socialismo (na versão chinesa) e capitalismo, especialmente com a repercussão da crise do socialismo real no mundo. A partir daí, surgiam certos conflitos, mas havia na direção do PCC uma unidade básica, consenso, sobre a inevitabilidade das reformas em favor do mercado e do setor privado, em maior ou menor grau, sem prejuízo da regulação estatal. Discutia-se sobre as dimensões da liberalização. Justificava-se que o mercado é apenas um instrumento, um meio, para servir ao socialismo chinês, assim como serve ao capitalismo. Argumentava-se que o socialismo, com a preservação do sistema Partido-Estado, seria compatível com a economia regulada pelo mercado. Robert Weil (1999, p. 1-2) chamava a atenção de que o próprio Deng Xiaoping teve a habilidade de introduzir mecanismos capitalistas na economia, mantendo algumas características da tradição socialista chinesa, como o núcleo da estrutura produtiva industrial estatizada, perseverando na configuração de um modelo misto.

É difícil caracterizar uma política monetária contracionista para combate a inflação, segundo um receituário tradicional, como uma prova de tentativa de reversão das reformas pró-mercado. Isso não tinha o propósito de se constituir em um ataque aos florescentes negócios privados da região costeira, já habituados e alimentados com abundante oferta de créditos oficiais. Ainda dentro do objetivo anti-inflacionário, algumas medidas provisórias e tímidas de certa centralização de recursos orçamentários foram adotadas pelo governo central, apenas conjunturalmente, a fim de reduzir os impactos de novos investimentos, novas atividades, impulsionados pelos governos locais. Os momentâneos controles de preços não eram duradouros, não impediriam a retomada, posteriormente, da liberalização dos preços. Em 2006, 90% dos produtos industriais

e 80% dos bens da agricultura já contavam com preços livres de mercado. (HUCHET, 2006, p. 10)

Por fim, sobre esse pretense embate entre as correntes da “planificação” e do mercado, pode-se registrar que Deng Xiaoping morreu em fevereiro de 1997, mas no final desse mesmo ano, os principais líderes veteranos da ala chamada conservadora, Chen Yun, Pheng Zhen, Wang Zhen e Li Xiannian, já estavam mortos. Deng deixou herdeiros, como Jiang Zemin – presidente da República, secretário-geral do PCC e presidente da Comissão Militar –, que aprofundaram as reformas “liberalizantes”, enquanto Chen Yun não teve sucessor algum.

Conciliação com a tese do Estado mínimo

A administração estatal direta do conjunto da economia recuou tremendamente na comparação com o período maoísta. A despeito disso, o Estado continua tendo um grande peso na estrutura produtiva e no sistema financeiro da China, mantendo importante regulação da atividade econômica. Todavia, o Estado mudou radicalmente sua finalidade e sua forma de intervenção, com o abandono da planificação econômica baseada em princípios organizacionais coletivistas e de sentido socializante.

O mercado tornou-se um regulador importante da economia. A gestão pública começou a deslizar gradativamente para meios indiretos, como as políticas macroeconômicas convencionais para o gerenciamento da taxa de juros, tributação, taxas de câmbio. A mudança decisiva foi, posteriormente, a separação entre propriedade estatal e gestão das empresas, estabelecendo-se a autonomia empresarial ajustada aos ditames do mercado. Surgiu um novo centro de poder decisório na economia, a partir da liberdade gerencial das empresas. Cristalizou-se o poder de decisão dos múltiplos capitais privados, desde os negócios da diáspora chinesa às multinacionais.

Ademais, até mesmo, essa gestão macroeconômica convencional é cada vez mais restringida pelo tipo de descentralização implementado, com os governos locais fortemente imbricados com a corrida de novos negócios. Nesse sentido, ampliou-se, significativamente, a parcela de recursos fiscais dos governos locais e provinciais, que passaram a ter liberdade para decidir seus gastos. A descentralização assumiu uma nova forma, em vez da simples transferência de poderes para governos locais, inaugurando-se uma relação de descentralização do Estado e da planificação em favor das empresas, como os novos e privilegiados centros autônomos de decisão.

As privatizações de parte das empresas estatais são uma decisiva reforma do Estado chinês. Ao longo de todo o período das reformas econômicas, ocorreu, em paralelo, um movimento de reestruturação do aparelho do Estado, que buscou adaptar o sistema institucional às novas condições políticas, econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, isso apareceu, em certa medida, como uma conciliação com a tese liberal do Estado mínimo, embora os dirigentes chineses tenham uma atitude prática, clara, de rejeição a qualquer ideia que assimile o Estado a um mal em si mesmo. Pelos seus atos, a liderança chinesa repudia a ideia de que o Estado, por natureza, é fonte de ineficiência econômica, privilégios, corrupção e autoritarismo. Nessa nova adaptação institucional, o Estado assumiu a forte regulação da economia agora mista.

Desde o início das reformas, o momento de maior esvaziamento das estruturas anteriores do Estado chinês ocorreu em 1988, envolvendo os âmbitos nacional, provincial e local. É significativo que esse golpe contra o aparelho do Estado tenha antecedido as manifestações da Praça Tiananmen (em 1989), quando um dos motivos iniciais da deflagração dos protestos foi a denúncia da corrupção, que grassava entre os funcionários da máquina estatal condutora das reformas liberalizantes desde 1979. Ou seja, pairava no ar um desgaste de alguns aspectos da formação do Estado dentro do

curso das reformas econômicas. E isso expressava-se, na superfície da vida política, como discussões sobre extinção de órgãos estatais ou protestos sociais.

No ano de 1988, a reforma do aparelho do Estado redundou na eliminação de cerca de 4 milhões de postos de trabalho na máquina pública. (RODRÍGUEZ, 2005, p. 18) Os ministérios e comissões no governo central passaram de 40, em 1983, para 29, em 1989. Na nova estrutura, a área de controle macroeconômico reunia o Ministério da Fazenda, o Banco Popular da China (Banco Central), a Comissão Estatal de Planificação e Desenvolvimento e a Comissão Estatal de Economia e Comércio. A área de gestão econômica contava com os ministérios dos Transportes Ferroviários; das Comunicações; da Construção; da Agricultura; da Conservação da Água; do Comércio Exterior e Cooperação Econômica; e da Informação (fusão dos ministérios dos Correios e Telecomunicações e da Indústria Eletrônica); além da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa. A área de administração agregava os ministérios da Educação; Ciência e Tecnologia; Cultura; Trabalho e Seguridade Social; Recursos Naturais. Os demais 12 ministérios compunham a área de assuntos de governo e de Estado.

Conforme Sheying Chen (2002, p. 211), o Congresso do Povo, também chamado Assembleia Nacional Popular (ANP), em sua 9ª sessão, reunida em 1998, aprovou o fim de importantíssimos departamentos econômicos, em resposta a uma certa aproximação com uma visão – liberal, acrescenta-se – de “pequeno governo, grande sociedade”. Esse autor chama a atenção para a importância do esvaziamento econômico do Estado, através da desresponsabilização das unidades de trabalho (empresas estatais), em relação à seguridade social (habitação, assistência à saúde, educação) e à influência na vida da comunidade (repressão à criminalidade, controle de nascimento etc.).

A estrutura do Conselho de Estado contava com comissões centrais que desempenhavam um importante papel de articulação dos diversos ministérios, ajudando a formular propostas mais globais para a política, planificação e gestão da economia e da administração na China. Mas, com as transformações econômicas do mercado e da propriedade privada, tudo isso foi perdendo sentido, substância, efetividade. Então, em março de 2003, já no curso do cumprimento da liberalização imposta sobre a China pelo acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), foi extinta a Comissão de Economia e Comércio. E, muito mais significativamente, a Comissão de Planificação e Desenvolvimento foi eliminada e substituída por uma estrutura voltada para comandar a continuidade das reformas em favor do mercado e, por conseguinte, da incorporação dos capitais privados. Essa instituição foi chamada de Comissão da Reforma e Desenvolvimento. Afirmou-se organicamente, no interior do aparelho do Estado chinês, a troca da planificação socializante pelo reforma pró-mercado. Ademais, na linguagem dos dirigentes chineses, a orientação e planificação socializantes da economia passaram a ser substituídas, cada vez mais, pelo que eles chamam de “controle macroeconômico”, baseando-se nas fórmulas convencionais de política econômica, sob pressão conflituosa de keynesianos, liberais e desenvolvimentistas.

As Unidades de Serviço Público (USP – *shiye danwei*) são instituições públicas incumbidas de tarefas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura e saúde na China. Conta-se com uma grande diversidade de estrutura, financiamento e serviços entre as USPs nas diversas partes do país. Já foram feitas reformas em favor de maior autonomia das USPs para sua administração, para a busca de receitas fora das provisões orçamentárias governamentais e para fomentar maior concorrência no mercado de trabalho, reconhece a OCDE (2005, p. 90). É claro que, na ótica liberal, qualquer seguridade social gera acomodação dos trabalhadores,

minimizando a concorrência entre eles por vagas no mercado de trabalho. A OCDE quer mais:

De fato, no quadro da passagem da economia planificada para a economia de mercado, a reforma das USPs está *no coração da redefinição do tamanho e do papel da Administração na economia*, bem como na definição de seu [das USPs] modo de funcionamento e mecanismos de financiamento. (OCDE, 2005, p. 90, grifo do autor)

Portanto, as reformas pretenderam, na China, transformar algumas USPs em empresas e reestruturar outras, diminuindo ainda mais as obrigações sociais do Estado.

As reformas liberalizantes, inclusive a privatização, que antecederam o acordo com a Organização Mundial do Comércio, em 2001, e que prosseguem, significam uma mudança profunda, em diversos âmbitos do Estado. Assim, cabe destacar que, em função do acesso à OMC, o Estado chinês revolveu significativamente toda sua estruturação legal formal, com a emenda, modificação e revogação de três mil leis e regulamentos, como reconheceu Hanqin Xue (2005, p. 138), embaixador da China na Holanda. O propósito dessa reviravolta na legislação do país é a busca da adaptação institucional às condições requeridas para a obtenção do *status* de economia de mercado, como desejava a liderança chinesa em razão da sua filiação à OMC, no contexto da crescente dependência e integração vantajosas da China no mercado mundial.